

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 46 - Brasília, quinta-feira, 3 de agosto de 1995

Definido o calendário de votação da reforma

Esquema de apreciação da emendas sobre gás, cabotagem, empresa nacional e telecomunicações é acertado entre a presidência do Senado e líderes do PMDB e do governo



Líderes do PMDB e do governo acertam pauta com Sarney

Audiência pública sobre monopólio

Senadores querem ouvir ministro e especialistas antes de apreciar na Comissão de Justiça a emenda do petróleo. Ontem, o PMDB reuniu-se para discutir sua posição diante do parecer do relator, Ronaldo Cunha Lima. **Pág. 2**

Abono de faltas pode acabar no Senado

A eliminação do dispositivo do Regimento que prevê abono de cinco faltas por mês para os senadores foi defendida ontem pelo presidente do Senado. **Página 3**

Três das propostas de emenda constitucional que alteram a ordem econômica serão votadas em segundo turno na terça-feira, dia 8, anunciou ontem à tarde o presidente do Senado, José Sarney. São elas a que permite a distribuição de gás canalizado por empresas privadas; a que possibilita a navios de bandeira estrangeira operar navegação de cabotagem; e a que retira da Constituição o conceito de empresa brasileira.

Na quinta-feira, dia 10, será votada, também em segundo turno, a emenda que quebra o monopólio da Telebrás. A discussão das três primeiras começa hoje e a das telecomunicações, na terça-feira. A quinta proposta de emenda constitucional da ordem econômica, a que quebra o monopólio da Petrobrás, depende ainda da apreciação do relatório do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) pela Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, para que seja votada em primeiro turno.

LIDERANÇAS

O esquema de votação foi acertada na manhã de ontem durante reunião entre o presidente do Senado, José Sarney, os senadores Jáder Barbalho e Elcio Álvares, líderes do PMDB e do governo no Senado, e os deputados Luís Carlos Santos e Germano Rigotto, líderes do governo na Câmara e no Congresso.

Antes de discutir a agenda, os líderes conversaram informalmente sobre a reforma tributária em estudo no Executivo. A maioria entende que esse assunto deve ser exaustivamente estudado pelo governo antes de ser enviado ao Legislativo, para evitar os mesmos atropelos sofridos pela proposta de reforma previdenciária.

■ Leia mais sobre reforma constitucional na **página 2**.

Senadores debatem a crise do Banco do Brasil

Ao criticar duramente o programa de demissões voluntárias do Banco do Brasil, o líder do PPR, senador Epitácio Cafeteira (MA), informou ontem que vai propor a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar o montante da dívida do governo com o Banco do Brasil e as condições em que foi contraída.



Cafeteira

O líder do PPR atribuiu a crise do BB ao mau uso que seu maior acionista, o governo, fez da instituição. Em apertes, apoiaram o discurso os senadores Josaphat Marinho (PFL-BA), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Antônio Carlos Valadares (PP-SE).

Já o senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB,

disse ontem que a ação do governo no fechamento de agências do Banco do Brasil e de outros bancos oficiais "não pode continuar sendo aceita pelo Senado". Ele observou que a extinção de agências está ocorrendo até mesmo em áreas agrícolas onde não há qualquer outro banco operando.

A exemplo de Cafeteira, Ademir Andrade também atri-



Ademir

buiu a culpa pela crise ao maior acionista do Banco do Brasil, o governo. "E agora", disse, "querem cobrar a conta justamente da parte mais fraca, os funcionários". O senador afirmou que a ação de "desmonte" estende-se à Caixa Econômica, ao Banco da Amazônia, ao Banco do Nordeste e a outras instituições oficiais.

Comissão faz audiência para debater petróleo

Senadores querem recolher subsídios para votar parecer do relator Ronaldo Cunha Lima que pode alterar a proposta de flexibilização do monopólio da Petrobrás

Uma grande audiência pública em torno da emenda do petróleo será promovida no próximo dia 10, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ), incumbida de apresentar o parecer sobre a matéria, antes de sua discussão e votação pelo plenário.

Os senadores deverão discutir a proposta do governo de flexibilizar o monopólio estatal do petróleo com o ministro Raimundo Brito, das Minas e Energia, o ex-ministro Aureliano Chaves, o professor Luiz Pinguelli Rosa e Fernando Siqueira, presidente da Associação de Engenheiros da Petrobrás,

O objetivo da audiência pública, decidida pela comissão na reunião de ontem, é recolher subsídios para a votação do parecer que está sendo elaborado pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) e reforçar o domínio do tema pelos parlamentares com vistas à própria votação em plenário.

Na reunião ordinária de ontem, a Comissão de Justiça examinou um total de 21 projetos. As matérias aprovadas pela CCJ serão apreciada ainda pelo plenário do Senado.



Na comissão, senadores discutem o novo código de trânsito

Líder vê apoio do PMDB ao relator

Reunidos ontem à tarde no gabinete da liderança, 13 senadores da bancada do PMDB manifestaram-se inclinados a apoiar a posição do relator da emenda que flexibiliza o monopólio da Petrobrás, senador Ronaldo Cunha Lima (PB).

A informação é do líder do partido, Jáder Barbalho (PA), segundo o qual não houve uma aferição de votos, "mas a tendência recolhida na conversa foi nesse sentido". Ronaldo Cunha Lima quer modificar o texto aprovado na Câmara.

Júnia quer convocar ministro para explicar política agrícola

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) encaminhou requerimento convocando o ministro da Agricultura José Eduardo Andrade Vieira, para que explique em plenário ou em uma comissão permanente da Casa como o governo preten-

de encaminhar as reivindicações do setor agrícola. Júnia Marise destacou editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* intitulado "Falta uma política agrícola para o Brasil", e chamou atenção para os problemas do setor.

Relator elabora nova versão para código de trânsito

O relator do projeto de Código Nacional de Trânsito, senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), informou ontem que vai propor um novo texto, muito diferente do já aprovado pela Câmara dos Deputados. Ele explicou que tomará como base para sua proposta um estudo comparado dos códigos de trânsito hoje adotados por outros países, bem como a experiência já desenvolvida no Brasil.

CNA acusa governo de usar MP para reeditar veto

O presidente Fernando Henrique Cardoso reeditou, via medida provisória nº 1072, o veto ao parágrafo 2º do artigo 16 da lei 8.880, que havia sido rejeitado 15 dias antes pelo Congresso Nacional. Quem fez a denúncia foi o presidente da Confederação Nacional de Agricultura (CNA), Antonio de Salvo, recebido ontem em audiência pelo presidente do Senado, José Sarney.

Agenda do Dia

PRESIDENTE Senador José Sarney

- 10h** - Preside Reunião da Comissão Diretora.
14h30 - Preside a Sessão Ordinária do Senado Federal.
15h - Recebe o deputado Jaques Wagner, Líder do PT/BA.

PLENÁRIO

- 14h30** - Sessão Ordinária do Senado
Pauta: Diversas matérias, destacando-se as Propostas de Emendas à Constituição nºs 29/95, que abre às empresas privadas a exploração de gás canalizado; 32/95, que dispõe sobre empresa nacional; e 33/95, que abre a navegação de cabotagem a navios de bandeira estrangeira - primeira sessão ordinária de discussão, em segundo turno.

COMISSÕES

- 10h** - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: Diversas matérias, destacando-se o "PLC nº 194/93 (Emenda nº 1 de plenário), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação de diretores ou representantes brasileiros em organismo multilateral; e "Requerimento nº 827/95, do senador Roberto Freire, requerendo voto de Censura ao chamado Projeto de Lei Helms/Burton, em tramitação no Congresso Americano, que segundo o senador, "se reveste de expressas ameaças aos princípios do direito internacional e à convivência mundial pacífica". Local: Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.
11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP da Desindexação (1.079/95)
Pauta: Instalação, eleição do presidente, do vice-presidente e escolha do relator. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Sarney quer acabar com abono de faltas

Lista de faltosos gera protestos em plenário e presidente propõe a líderes uma reforma para alterar o dispositivo do Regimento Interno que permite justificativas de ausências



José Eduardo Dutra

PETROLEIROS

Dutra critica endurecimento do governo

Preocupado com o rumo que podem tomar as negociações entre Petrobrás e petroleiros em setembro próximo, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou ontem a orientação que o governo deu às empresas estatais sobre como devem se comportar nas negociações salariais.

Segundo ele, as orientações vão contra a Medida Provisória da desindexação que institui a livre negociação. "Essas orientações, na prática, abolem a livre negociação", analisou.

Suplicy defende a readmissão

A readmissão dos petroleiros demitidos na última greve da Petrobrás restabeleceria o necessário clima de boa vontade entre direção e trabalhadores, afirmou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O senador paulista relatou que este mesmo apelo foi feito por ele e pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) ao ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito.

O presidente do Senado, José Sarney, pediu ontem às lideranças dos partidos que apressem a alteração do Regimento Interno da Casa, para eliminar o dispositivo que prevê um abono de cinco faltas por mês para os senadores (artigo 13, parágrafo 2º). Outra alteração pretendida é que às segundas e sextas-feiras só haja abertura do painel de presenças quando houver matérias em pauta para votação.

Sarney propôs a mudança do Regimento (já há projeto do senador Antônio Carlos Valadares nesse sentido) logo depois de um discurso do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que protestou contra a inclusão de seu nome em uma



Sebastião Rocha



José Fogaça

relação de parlamentares faltosos divulgada pela imprensa e por algumas televisões. Rocha explicou que faltou apenas quando esteve doente e quando nasceu seu último filho.

Em aparte, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) deu seu testemunho a favor de Rocha, e defendeu também a si próprio,

apontado na mesma lista de faltosos.

Outros senadores acusaram o erro da imprensa, como José Eduardo Dutra (PT-SE), que disse ter sido perseguido pela mídia de seu estado devido ao assunto. José Fogaça (PMDB-RS) explicou que suas faltas se devem ao atendimento de con-

vites para palestras e debates.

José Sarney disse que ele próprio teve oito faltas - esteve em Tóquio, para uma reunião de ex-presidentes, e em Cartagena, para reunião do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Atestou que Antonio Carlos Magalhães e José Eduardo Dutra não tiveram falta até agora.

Ato impõe maior rigor nas licitações do Senado

O Senado passará a exercer maior controle e rigor nos processos de compras, contratações e alienações feitas pela Casa, especialmente em relação aos preços propostos pelos fornecedores, de acordo com ato assinado por José Sarney e publicado no dia 1º.

As novas normas atribuem aos membros da Comissão Permanente de Licitação, em conjunto com o diretor da Subsecretaria de Administração de Compras, Contratos e Aliações, e chefes das unidades respectivas, a responsabilidade pela pesquisa, conferência e atestação de preços, buscando verificar se as propostas apresentadas pelas licitantes vencedoras são compatíveis com os preços de mercado.

O ato estabelece que os editais de licitação sejam conferidos e assinados por auditor da Secre-

taria de Controle Interno e examinados previamente pela Advocacia do Senado Federal. Deverá constar nos editais levantamento estimativo dos valores das contratações a serem realizadas.

Além da publicação obrigatória prevista em lei, os textos dos editais agora serão divulgados em pelo menos um jornal de grande circulação dos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Distrito Federal. O *Diário do Congresso* passará a publicar os resultados das licitações.

Em outro ato, o presidente do Senado determina que as obras e reformas realizadas nos blocos "C", "D" e "G", da Superquadra Sul 309, pertencentes ao conjunto arquitetônico do Senado Federal, serão fiscalizadas por assistentes de auditoria da Secretaria de Controle Interno da Casa.



Antonio Carlos

ACM justifica requerimento

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) explicou ontem que o requerimento de sua autoria em que solicita a publicação da lista de todos os senadores faltosos, com ou sem justificativa, "não visa colocar mal qualquer colega perante a opinião pública. O que eu não quero é ficar mal, aparecendo como faltoso, já que compareci e cumpri com meu dever".



Roberto Freire

Gesso: Freire pede proteção

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu ontem a adoção de medidas protecionistas para a indústria de gesso no país, a exemplo do que tem sido praticado para a indústria automobilística.

Para Freire, é "incompreensível" que o gesso importado pague alíquota de 4% enquanto os equipamentos para modernização do Pólo de Araripe, principal região produtora de gipsita de Pernambuco, sejam onerados com taxas de 19%, beneficiando os exportadores da Espanha.

Teles: Amin cobra explicações

Mudanças de estatuto e criação de novos cargos nas empresas estaduais de telecomunicações foram os motivos apontados ontem pelo senador Esperidião Amin (PPR-SC), ao apresentar requerimento a ser encaminhado ao ministro das Comunicações,

Sérgio Motta, solicitando informações sobre o critério técnico adotado para a nomeação dos dirigentes daquelas estatais.



Amin

Melhora a imagem do Congresso, diz Mauro Miranda

Os trabalhos desenvolvidos pelo Congresso no primeiro semestre melhoraram sua imagem e lhe conferiram maior credibilidade. Esta foi a impressão recolhida pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), que percorreu vários municípios de seu estado durante o recesso parlamentar. Para Miranda, essa credibilidade reconquistada exigirá avanços no sentido de garantir mais independência e maior agilidade na atuação do Poder Legislativo.

Mauro Miranda considera importante que o Congresso, além de votar rapidamente as reformas tributária, previden-

ciária e administrativa, examine outros temas igualmente relevantes no segundo semestre. A seu ver, o Código Nacional de Trânsito, por exemplo, é um dos projetos que precisa ser votado com a maior agilidade.

Para o senador, a reorganização político-partidária é outra matéria que precisa ser colocada em pauta com rapidez, especialmente no que se refere à reeleição, que, a ser ver, "deve ser tratada sem tabus nem preconceitos". Mauro Miranda afirmou ainda que os parlamentares devem trabalhar ainda no sentido de garantir melhores condições para o setor agrícola.



Ernandes Amorim

Cota maior para Guajará-Mirim

A fixação de uma cota mínima de US\$ 100 mil de importação para cada empresário da zona livre de comércio de Guajará-Mirim, em Rondonia, foi reclamada ontem pelo senador Ernandes Amorim (PDT-RO), por entender que a cota atual é insuficiente.

Ele pediu o fim da lei de descontingenciamento das cotas, salientando que a sua liberação significará a independência da economia da Amazônia.

Contra Comissão Representativa

A revogação do dispositivo constitucional que estabelece a criação de uma comissão representativa do Congresso Nacional para funcionar durante os

recessos parlamentares foi sugerida ontem pelo senador Antonio Carlos Valadares (PP-SE). Titular da comissão em

julho, tendo renunciado à função na última semana, o senador argumentou que "nunca houve quórum para as decisões sobre as matérias em pauta".



Valadares

João Rocha condena criação de impostos

O senador João Rocha (PFL-TO) manifestou-se contra a criação de novos impostos e conclamou os sena-

dores a fiscalizar com maior rigor os gastos do governo. Segundo João Rocha, em 1992, a receita administrada pelo Tesouro Nacional chegou a US\$ 32 bilhões. Em 1994, ela duplicou, atingindo US\$ 64 bilhões. De janeiro a maio de 1995, segundo o senador, a arrecadação teria alcançado US\$ 38 bilhões, montante superior ao total arrecadado

em 92.

- Para onde está indo esse excesso de arrecadação? - questionou Rocha.



João Rocha

João Rocha advertiu também que a entrada de capital externo registrada em julho na economia brasileira não deve ser comemorada. Segundo disse, os cerca de 4 bilhões de dólares foram atraídos por juros de 25 a 30% ao ano e têm natureza especulativa.

- Esse capital é nocivo para a economia de nosso país - disse o senador.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo e Márcia Kalume ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.